

OES

05.05.88

pag. 40

A restrição ao capital externo preocupa mineradoras do Canadá

TORONTO — Investidores canadenses estão preocupados com as restrições impostas ao capital estrangeiro pela Assembléia Nacional Constituinte na área de mineração, ao aprovar o texto que determina que, para exercer a atividade no País, a empresa deve ter 50%, no mínimo, de capital nacional.

“Uma lei como esta restringirá os investimentos estrangeiros no Brasil, com toda segurança”, afirmou Walter Nash, vice-presidente da Noranda Minerals, com sede em Toronto, acrescentando que “esse projeto inibe investimentos, se não se tem controle sobre o capital investido”.

Algumas das maiores empresas de mineração do Canadá, segundo in-

formou a agência Canadian Press, como a Brascan, Inco e Alcan, têm grandes investimentos no Brasil, que é rico em bauxita, estanho, cobre, níquel e ouro.

Em caso da promulgação da Constituição na forma como aprovada nesse capítulo, as empresas canadenses devem vender 50% das ações de suas subsidiárias no País nos próximos cinco anos a capitais nacionais.

O vice-presidente da Brascan, Peter Marshall, afirmou que a empresa pretende ficar no Brasil por muito tempo, e por isso terá que adotar as leis do País. Um funcionário da empresa disse que menos de 2% dos bens da companhia canadense, no valor de US\$ 5,16 bilhões, estão no Bra-

sil. São minas de estanho, em conjunto com a British Petroleum.

A Alcan, com sede em Montreal, tem uma mina de bauxita, com produção de 350 mil toneladas anuais e empresa hidrelétrica que poderá ser afetada com a restrição ao capital externo.

O investimento estrangeiro sempre foi um tema sensível para o Brasil, afirmou Lloyd Atkinson, principal economista do Banco de Montreal, credor de US\$ 2,66 bilhões do País. Outro banqueiro, que pediu para não ser identificado, afirmou que a restrição ao capital externo são contrárias aos critérios do FMI e do Bird, que esperam menos obstáculos a esses investimentos, como parte da solução do problema da dívida externa.